EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE **30 (TRINTA)** DIAS CORRIDOS OU; **60 (SESSENTA)** DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO **(ANISTIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04**, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

GABINETE DO SECRETARIO

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2003-1008920-0 0017424000011-1 9 IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
2003-1017580-8 0006624100631-1 3 BANCO BRADESCO S/A
2003-1037280-8 0001610600053-1 7 LUIZ CARLOS PREGION NOVO
2003-1038087-8 0011336900503-1 5 KIYOTERU YONAMINE
2003-1043026-3 0006410400063-1 1 ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO
2004-1013949-8 0011636301028-1 1 MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO
2003-1044265-2 0002407201027-1 2 ANTONIO GANDRA C. FERREIRA
2003-1046300-5 0009528700411-1 1 COPAGAZ DISTRIBUIDORA GAZ
2003-1047475-9 0004304600478-1 5 SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL--SENAI

COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SEL/RESID

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2013-0372765-6 0008710500049-1 2 BRASILWAGEM COMERCIO DE VEICULOS S/A
2014-0052838-7 0012409400298-1 1 ALEXSANDRO MOREIRA DA SILVA
2014-0177853-0 0003709700418-1 6 CHEQUER CHEQUER CONSTRUCOES
2015-0170016-9 0012306900875-1 1 MEULAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2014-0205143-0 0001502500639-1 1 JOAO FREDERICO PARETO CONRADO

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/SERVIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2009-0158103-4 0013446800246-1 9 NILTO DA COSTA
2015-0317493-6 0009901600146-1 4 ANGULO ES SEIBEL EMPREED. IMOBILIARIOS
2016-0277172-0 0000900500778-1 3 INTERATIVA CONSULTORIA E ADMINISTRACAO LTDA
2017-0046101-6 0002005000140-1 6 SINDICATO DOS AUX. ADM. ESCOLAR DE SAO PAULO
2017-0020036-0 0008558901791-1 9 RENATO MAGNANINI AURIEMO
2013-0102787-8 0017001500207-1 1 OVIDIO ROTGER ARMELIN

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/COMIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2008-0009421-9 0001910501271-1 1 ITAVEMA ITALIA VEICULOS E MAQ. LIMITADA
2017-0079187-3 0003613605260-1 11 CLAUDIO BAIDA
2017-0033671-8 0005426005028-1 17 INTERPRIME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
2017-0023071-5 0018401700026-1 12 INBRANDS S.A.
2017-0019780-7 0030104900072-1 23 IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2015-0004532-9 0017806500021-1 3 RHAZ INTERMED., COM. E DISTRIB. DE PROD. DE TECNOL
2015-0234005-0 0006718600474-1 1 EDIM COMERCIAL E IMOBILIARIA LTDA
2017-0015701-5 0016317301300-1 1 JOAO ALFREDO DA SILVA
2017-0084570-1 6383580074470-2 1 ASSOCIACAO DE ACAO SOCIAL E CID.FAMILIA E LUZ
2016-0202536-0 0006107800352-1 1 JOSE AMARILDO FERREIRA BASTOS
2015-0276657-0 0007112400139-1 1 MARCELO PASQUALE DE ALMEIDA SACCO

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGUR

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2004-0186966-7 0030004402364-1 1 ZOPONE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
2008-0216076-6 0000703300253-1 1 CONSELHO REG.DE ENFERMAGEM DE SP
2012-0086379-4 0016909000608-1 4 COLEGIO ANALISE SC LTDA
2012-0101087-6 0008223000717-1 4 CENTRO AUTOMOTIVO MEGADELTA LTDA
2012-0196537-0 0008009301256-1 11 ASSOCIACAO EDUCACIONAL ESCOLAPIA FEMININA
2013-0023588-4 0008223000717-1 5 CENTRO AUTOMOTIVO MEGADELTA LTDA
2017-0103259-3 0008222300024-1 70 SALT CONTEUDO ARTISTICO LTDA EPP
2017-0101388-2 0011830601910-1 2 JDS PRODUCOES E EVENTOS LTDA
2017-0098810-3 0011135800323-1 7 RODRIGO DE LIMA NERES SHOW - EPP
2017-0098158-3 0012312800011-1 163 BROOKLYN DC COMUNICACAO LTDA - ME
2017-0094705-9 0008731401708-1 693 B N PINHEIRO TREINAMENTO E MARKETING - ME
2017-0094416-5 0008731401708-1 696 ZERO A ZERO PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA
2017-0094416-5 0008731401708-1 696 ZERO A ZERO PARTICIPACOES E EVENTOS LTDA
2017-0082664-2 0008128500791-1 8 IGREJA EVANGELICA DE PINHEIROS
2017-0066387-5 0006307708204-1 58 ATACADAO S/A
2017-0066383-2 0006307708204-1 57 ATACADAO S/A
2017-0034401-0 0030105400545-1 30 LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A
2017-0030521-9 0006314201020-1 9 AUTO POSTO PACIFIC I LTDA
2017-0030521-9 0006314201020-1 9 AUTO POSTO PACIFIC I LTDA
2017-0006129-8 0008901000423-1 9 POSTO SUPER CHECK-IN LTDA
2017-0005821-1 0007013401013-1 7 JARDIM FRANCA POSTO DE SERVICOS E CONVENIENCIAS LT
2016-0212896-7 0008604000097-1 9 AUTO POSTO JOCAR LTDA
2016-0211563-6 0008530000404-1 23 AUTO POSTO PORTAL DE SANTANA LTDA
2016-0201854-1 0005821200431-1 25 POSTO DE SERVICOS VERA CRUZ RADIAL LTDA
2016-0173329-8 0010209400012-1 2 CLAUDIO RODRIGUES
2016-0149718-7 0004533100066-1 23 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2016-0098969-8 0004214806832-1 8 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2015-0253306-1 0004207700218-1 35 ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA
2015-0239896-2 0015107500829-1 7 PATRICIA PELIZZARI
2015-0145271-8 0004108300238-1 20 AUTO POSTO DUQUE MOEMA LTDA
2014-0319788-8 0001901200752-1 6 ROSSET & CIA LTDA
2014-0276523-8 0006816400461-1 4 AUTO POSTO JULIO BUONO LTDA
2014-0207192-9 0007304701307-1 3 EDIFICIO EMPRESARIAL BRASILIA CENTER
2014-0195461-4 0004112304544-1 2 CONDOMINIO EDIFICIO CONTEMPORARY TOWER
2014-0130552-7 0002009513819-1 131 TATALIS PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS S/S LTDA.
2014-0090385-4 0005402904804-1 5 GISLENE MOCHO CRUZ LEITE
2013-0172814-0 0007611103148-1 4 SOCIEDADE CIVIL DE ENSINO PIAGET SS LTDA EPP
2013-0351871-2 0000909501459-1 13 BC OFICINA DE NEGOCIOS LTDA

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS I.E.O.S. MANUTENÇÃO.

pela presente, fica v.sa . intimado a executar as obras e serviços relacionados abaixo, nos prazos fixados por contru--manutenção conforme o artigo 11 do decreto 32.963, de 15 de janeiro de 1993, os quais serão contados a partir da data de publicação desta intimação no diário oficial do município. o não cumprimento desta intimação pela inexecução de obra e/ ou serviço no término do prazo fixado acarretará na cessação da validade do documento municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança de uso, conforme artigo 5 do decreto 17.216 de 9 de março de 1.981.

00095/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.199.173-9- TEREZA ARTIGAS LARA LEITE RIBEIRO; R QUINTINO BOCAIUVA, 00018 - A 30 - CENTRO; 30 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS--SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sª intimado a executar as obras e serviços relacionados, conforme Lei nº 11.345, de 14 de abril de 1993. O não cumprimento desta intimação para obras e/ou serviços no término do prazo fixado acarretará em multa mensal, até a comprovação de adequação, conforme Artigo 6 da Lei nº 11.345, de 14 de abril de 1993.

00033/SEL/SEGUR-2/2017-2014-0.187.269-3- CONDOMINIO EDIFICIO PAULISTA POINT; AL JAU, 01905 - ED PAULISTA POINT; 360 DIAS.

00125/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.200.053-5- ASSOC MADRE CABRINI DAS IR MISS SAGRADO CORACAO DE JESUS; R MADRE CABRINI, 36 - VILA MARIANA; 360 DIAS.

00127/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.048.674-7- INST. DE PESQUISAS E PROJETOS EM EDUC. COMECINHO DE VIDA; AL DOS TUPINIQUINS, 00969 - INDIANOPOLIS; 360 DIAS.

00131/SEL/SEGUR-2/2017-2015-0.162.572-8- FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA- FMU; AV BRIG LUIS ANTONIO, 1089 - BELAVISTA; 180 DIAS.

00133/SEL/SEGUR-2/2017-2013-0.268.932-7- BSS SERVICOS DE BLINDAGEM LTDA - EPP; R SANTO EURILO, 000136 - 140 - JAGUARE; 180 DIAS.

SEGUR-2

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS--SEGUR-2

Pela presente, fica V.Sa. Intimado a Executar as Obras e Serviços relacionados , nos prazos fixados pelos Peritos no cronograma fisico-financeiro que integra o L.T.S. referente a Edificação acima e aceitos por este Departamento, os quais se contarão a partir da data de publicação desta Intimação no D.O.C.. O não cumprimento desta Intimação pela Inexecução de cada Obra ou Serviço no termino do prazo parcial fixado no cronograma fisico-financeiro, acarretará a não expedição do Documento Municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança bem como a aplicação da seguinte penalidade: Multa no valor constante do quadro IV anexo a Lei 9.433 de 01 de abril de 1982.

00092/SEL/SEGUR-2/2017-2012-0.063.572-4- EDIFICIO ATRIUM VI.COM; R GOMES DE CARVALHO, 01510 - VILA OLIMPIA; 360 DIAS.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

6ª GESTÃO

Data da Reunião: 27 de abril de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) Conselheiros (as) do Poder Público: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB);José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Luiz Antônio Carvalho Pacheco (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Sucupira Gomes (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC) e Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC). Conselheiros (as) da Sociedade Civil: Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). Ausentes os (as) Conselheiros (as): Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB--SP); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Cristiane Genofre Zabatiero (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM);
Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP);Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). Justificaram as ausências os (as) senhores (as): Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP), Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP) e Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento). Presentes os convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Caroline Ferreira Ribal (SEHAB-G); Cristina Pimenta Nunes (COHAB); Hélio Ribeiro Duarte (COHAB); José Eduardo Vilella (COHAB), Wilson Ianelli de Souza (COHAB) e Roberto Carlos R. (MMPT). Outras quinze pessoas assinaram a lista de presença. Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 23/2/2017; 2) Plano de Metas da Habitação para o quadriênio 2017/2020; 3) Apresentação do Orçamento da SEHAB e da COHAB-SP para 2017e o papel dos Conselheiros do CMH em outros Conselhos pertinentes à Política Municipal de Habitação. O Sr. Gilmar dá início aos trabalhos e passa à apreciação do Item 1 da pauta. Sr. Fernando Cera – Queria fazer uma consideração em relação à presença, para constar a presença da Caixa, da minha pessoa, e para colocar aqui que o Sidney não fazia mais parte, já havia sido pedida a substituição. Já está formalizado. Sra. Ana Maria - A título de esclarecimento, mesmo que a Caixa tenha pedido a substituição, só começa a valer a participação do conselheiro no momento em que o prefeito publica o decreto com o nome do representante. Por isso não consta o nome do Fernando Cera na ata. Sra. Verônica -
Quero fazer uma correção na ata, porque está aqui Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo e aí pula para o Vicente Lemes e não aparece meu nome, representando a entidade, na listagem do Conselho, lá, embaixo. Sr. Gilmar - Irá constar agora. (É aprovada a ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão) Sr. Gilmar - Passamos ao Item 2 da pauta. (A Sra. Cristiane Dutra faz a apresentação do Item 2 da pauta, Plano de Metas da Habitação para o quadriênio 2017/2020). Sr. Gilmar - Esse não é o Plano de Metas já pronto. Nesse Plano de Metas, fizemos, na verdade, trinta e duas audiências em todas as prefeituras regionais, mais cinco grandes audiências nos eixos e mais uma audiência na Câmara Municipal de São Paulo. Recebemos mais de seis mil contribuições pela internet, e ainda estamos recebendo. Na verdade, é uma posição do governo que está na Câmara Municipal, que vamos trabalhar melhor. Não vamos observar só o Plano de Metas. Temos outros deveres e outras atribuições diariamente em SEHAB e COHAB. Sra. Luciana - Queria entender, na lei orçamentária, o que cabe ao município. O municipal tem o aporte para a construção de unidades, R$50.001 mil; mananciais, R$1000 mil; regularização fundiária, R$10 milhões; urbanização, R$16 milhões. Esses recursos vêm do Tesouro, Fonte 00? Eles estão alocados no Fundo Municipal de Habitação? Eles vão passar pelo Fundo ou vão direto pelo Tesouro? Como eles estão pensados aqui? Sra. Cristiane – Na sequência, vamos ter uma explanação bastante detalhada sobre isso, feita pelo Conselheiro Toledo, da Secretaria de Habitação. Sr. Rosalvo - Nesse momento, tanto na COHAB quanto na CDHU, estamos, os movimentos, correndo para preparar a documentação toda para entregar na Caixa Econômica Federal. Primeiro, era até dia 24 e o Ministério das Cidades viu por bem estender o prazo para até dia 05. Temos projetos que são licitados ou feito o chamamento, ou o nome que se queira dar; não é bem uma licitação porque não era na Lei nº 8666. Mas temos projetos que ganhamos lá. E precisamos que a prefeitura ou que a Casa da Família ou COHAB aporte naqueles empreendimentos essa parcela e o contrário também, porque temos empreendimentos que ganhamos a licitação ou chamamento aqui, pela prefeitura, e precisamos que lá a Casa Paulista nos dê um documento porque, ao entregar a documentação na Caixa Econômica Federal, temos que entregar lá o compromisso do ente público, ou do Estado ou da União, dizendo que se dispõe a colocar e que esse dinheiro está previsto no orçamento. Precisamos urgentemente dessa declaração, desse documento para compor, para instruir o processo que temos que entregar lá. Sr. Edson - A Caixa, nesse primeiro momento, dispensou a apresentação do compromisso de aporte. Então, pode ser dada a entrada sem ter o documento de compromisso de aporte nesse primeiro momento. Sr. Rosalvo - Podemos dizer lá que o município se comprometeu e que na sequência dará o documento? Sr. Edson - Sim. Sr. Rosalvo - No Item 7, da Meta 1, estamos falando aqui das PPPs. Essa PPP é no mesmo estilo, soma com o Estado, com a União, se a União for participar? Sr. Gilmar - Sim. Sra. Verônica - Quando vejo os números de valores com a questão das entidades, acho que é muito pouco para nós com o tanto de terreno que recebemos da COHAB, e a maioria está entrando na Caixa. Acredito que a maioria vai ser vencida e os valores para quatro anos, fico preocupada com esse número para nós, entidades. Não somos uma ou duas entidades. Somos várias entidades que receberam terrenos e fora os terrenos da COHAB também temos terrenos com contrato de compra e venda com proprietários firmado para serem comprados e ser adquiridos. Como vai melhorar esse valor de produção, das contrapartidas que vão entrar da Casa Paulistana? É esse valor ou é outro? Sr. Gilmar - Como nós estamos aqui com as anotações taquigráficas, vamos enviar as contribuições dadas pelos senhores e pelas senhoras para a Secretaria de Gestão, da mesma maneira que fizemos em todas as audiências públicas, e vamos fazer uso disso como uma contribuição para o Plano de Metas. Sra. Luciana - Queria entender um pouco a Meta 1, o Item 1. São onze mil unidades vinculadas a assentamentos precários e na Meta 3 temos vinte e sete mil e quinhentas famílias beneficiadas. Entendi que essas vinte e sete mil e quinhentas famílias beneficiadas não são com unidades habitacionais. É isso? As unidades habitacionais somam-se a esse número? São onze mil unidades vinculadas a assentamentos precários que são dentro das urbanizações de favelas, são aquelas listadas na sequência? Queria entender essa meta de unidades vinculadas a assentamentos precários. E queria entender também, não sei se entendi bem a pergunta da Conselheira Verônica, sobre essas quatro mil unidades. Participei desde o ano passado do Conselho e os estudos apresentados no ano passado apresentavam um número maior de unidades habitacionais que cabiam nos terrenos, objetos do chamamento. Esse número de quatro mil baixou por algum motivo? São outros estudos? Porque está esse número de quatro mil? No sentido que o Secretário Adjunto disse, talvez o Conselho possa sugerir então à Secretaria de Gestão para que sejam adotados os números dos estudos iniciais, apresentados no ano passado. O Conselho poderia eventualmente reforçar a posição da Secretaria de Habitação, que tenho certeza que quer aumentar esses números. Sr. Edson - A Secretaria de Habitação, junto com a COHAB e com a colaboração da Caixa Econômica, montamos aqui uma comissão de monitoramento, onde, nesses últimos três meses, praticamente, procuramos estruturar todos os projetos que deveriam ser apresentados agora, de empreendimentos da Caixa Econômica, fossem de FAR, fossem de FDS. Fizemos duas reuniões na semana passada, uma com as entidades, com a assessoria das entidades, para solucionar e esclarecer eventuais dúvidas que tivessem até a entrega de todos os projetos, até o próximo dia 05; fizemos isso também na questão de FAR. E comunicamos naquela reunião que nenhum empreendimento que a Caixa Econômica aprovar deixará de ser contratado sem que a COHAB e a SEHAB tenham a sua participação. Então, tudo o que a Caixa aprovar será contratado, e daremos todo o suporte necessário, seja financeiro, seja técnico. É evidente que o que recebemos, naquilo que havia de estoque de área, com projetos efetivamente estruturados, existia uma distância gigantesca. O que procuramos fazer nesses quatro meses foi trazer à realidade os projetos que estavam mais estruturados que poderiam agora alcançar o financiamento da Caixa. Vamos priorizar aqueles empreendimentos que têm a questão fundiária certa, a questão de licenciamento certo, análise da Caixa certa e vamos nos concentrar nisso. Em uma segunda etapa, vamos solucionar aqueles empreendimentos que tenham algum tipo de problema fundiário; e fomos buscar a solução disso. Complementação de desapropriação, emissão de posse, ou de licenciamento. Foi isso que fizemos até essa etapa e vamos continuar fazendo para tentar alcançar a produção do maior número possível de unidades. Sra. Cristiane - Só complementar especificamente em relação ao esclarecimento da linha de ação de provisão de unidades vinculadas aos assentamentos precários, a maior parte dessas unidades é das intervenções por obras públicas, principalmente, aquelas vinculadas às urbanizações de favelas, às obras vinculadas ao PAC Mobilidade, ao PAC Drenagem, ou às contenções de áreas de risco, que temos alguns contratos vigentes na Secretaria de Prefeituras Regionais, Secretaria de Obras, e também os da SEHAB. Então, todas essas obras que ensejam remoção de famílias para estruturação do assentamento, optamos por separar o momento de contabilização da meta. Ou seja, aquelas famílias que forem reassentadas serão contabilizadas somente na Meta de Provisão de Unidades habitacionais. Aquelas que permanecerem na área após as intervenções para consolidação da infraestrutura, complementação de rede de água, esgoto, sistema de drenagem, viários, e que puderem dessa forma avançar para que em um estágio futuro chegue a regularidade fundiária, serão contabilizadas na Meta de Urbanização de Favelas. Sr. Roberto Carlos - Estamos preocupados também com os prédios que a prefeitura comprou para Locação Social. Quando a prefeitura vai começar a reforma desses prédios? Há muitos prédios que foram comprados, prédios que foram ocupados, que têm muitas famílias dentro. Qual a programação da COHAB para começar a mexer nesses prédios? Será que a prefeitura vai reformar logo ou vai tirar as famílias de dentro desses prédios e vai colocar na rua? Sra. Ana Procópio - Nessa meta só gostaria de saber como será dividido, se pelas subprefeituras; como as famílias serão atendidas também, se pelas subprefeituras, e como vai ser anunciado isso, como será o atendimento dessas famílias. Sr. Gilmar - Nesse segundo momento do Plano de Metas, vamos apresentar as metas regionalizadas. Vamos apresentar o produto final do Plano de Metas e todos saberão as metas regionalizadas, a provisão, a regularização fundiária, a urbanização de forma regionalizada. Iremos apresentar o produto final, estamos fazendo isso. Por isso as audiências públicas nas prefeituras regionais, para depois entregar de forma muito clara e transparente como serão regionalizadas as metas. Sra. Fabiana - Dentro dessas metas, das onze mil unidades, está vinculado hoje quem está no Auxílio Aluguel, aguardando o atendimento definitivo, ou são novas remoções? Sra. Cristiane - Será apresentada uma regionalização, estamos todos trabalhando em cima dessa possível divisão por prefeitura regional. No entanto, apresentaremos um produto dentro da realidade, em que têm que ser consideradas as externalidades que podem fazer com que tenhamos alguma variação na distribuição regional proposta. Por exemplo, para a Meta de Regularização Fundiária, é um número muito grande de famílias que estamos nos colocando na meta para atingir: duzentas e dez mil famílias. E ações de regularização fundiária dependem de muitas ações que não são específicas do município. Dependem por vezes de autorizações ambientais com CETESB. Dependem muitas vezes de litígios judiciais. Então, alguma variação por região, podemos ter, de acordo com o que formos avançando mais. Da mesma forma, em relação à regionalização das unidades a serem construídas, há um planejamento do município. No entanto, existem regras novas publicadas por exemplo para produção de moradias no âmbito do Minha Casa Minha Vida, que pressupõem uma análise de projetos a partir de inserção urbana e uma série de outros critérios, que são a cargo exclusivo do Ministério classificar esses empreendimentos propostos pelo município e colocar uma ordem de prioridade para a classificação. Por isso também é considerado mais uma externalidade que pode de alguma forma alterar o planejamento do município e na medida do possível isso vai sendo sempre atualizado e apresentado no Conselho. Em relação à pergunta da Conselheira Fabiana, o foco principal da administração é atender inicialmente as famílias que estão no Auxílio Aluguel, porque há famílias que estão há seis anos, há oito anos aguardando as unidades. Por outro lado também há outros trechos em que são necessárias novas remoções. O foco do município é atender prioritariamente às famílias que estão no Auxílio Aluguel. No entanto, se forem programas habitacionais específicos de construção de unidades vinculados àquele território em que se começa a remover família agora, ele também vai ter que ser vinculado de acordo com a regra do programa. Sr. Rosalvo - As regiões têm vocações. Por exemplo, a Prefeitura Regional de Pinheiros. Claro que a Prefeitura Regional de Pinheiros, a regularização fundiária, a produção de unidades populares, não vai ser contemplada da mesma forma que outras regiões da cidade. Só para clarear porque, senão, fica parecendo que há uma injustiça com uma ou outra prefeitura regional, que às vezes está em uma área de proteção a manancial e tem mais dificuldades de ser atendida. Sr. Edson - Em nossas responsabilidades está incluída a questão da infraestrutura externa e não vamos ter nenhuma ordem de problema com relação a isso. Estamos vendo só a melhor equação com a Caixa para ver como isso se dará. Na questão dos prédios, todos sabemos que o orçamento de 2017 não disponibilizou recursos para essa área. Estamos tentando uma equação, o Secretário Fernando Chucre, para ver de que maneira iremos buscar recursos para fazer todos esse processo do retrofit dos prédios que foram desapropriados. Mas, como o orçamento de 2017 não dispôs praticamente nada de recurso para isso, estamos dependendo muito mais dessa articulação que estamos iniciando agora. Sr. Gilmar - Passamos ao Item 3 da pauta. (O Sr. José Toledo faz a apresentação do Item 3 da pauta, Apresentação do Orçamento da SEHAB e da COHAB--SP para 2017). Sra. Fabiana - Esses valores do FMSAI já batem? Porque esses dias passaram uma apresentação com o orçamento. Sr. Toledo - O valor do FMSAI é exatamente esse valor. Não existiu nenhuma variação em relação a esse valor. O valor do FUNDURB, em função da queda da possibilidade da arrecadação com as outorgas, foi reduzido para R$113 milhões. Onde lemos ali R$139 milhões, ele foi reduzido para R$113 milhões. Sr. Gilmar - Essa discussão se deu na Câmara Municipal. Essa é a previsão de investimentos para 2017. Quando os senhores veem lá o valor de R$1.212 bilhão, isso não é a realidade de fato que temos. Essa é uma previsão orçamentária para 2017. Sra. Luciana - Se naquela tabela que eu havia perguntado inicialmente é a Lei Orçamentária, não estaria o Fundo Municipal de Habitação, porque o Fundo não entra na Lei Orçamentária, certo? Sr. Toledo - O Fundo Municipal de Habitação está no orçamento da COHAB. Sra. Luciana - Então, além desse orçamento aqui, temos mais o orçamento do Fundo Municipal, que é de quanto? E ele está alocado em quais desses empreendimentos ou não está alocado? Ele está alocado totalmente no orçamento da COHAB? Sr. Toledo - Isso. Sra. Luciana - Gostaria, se fosse possível, que conseguíssemos apartar, porque o orçamento da COHAB, a COHAB empresa é uma coisa; o Fundo Municipal, a COHAB é agente operador desse Fundo. Então, ela opera o Fundo Municipal, mas não é um orçamento dela a princípio. É um orçamento do Fundo Municipal que pertence à política habitacional e que ela opera. E aí fica difícil de entendermos onde estão esses recursos. Sr. Toledo -Já foi apresentado dessa forma na primeira reunião do Conselho, apartado, o que é investimento direto COHAB, o que é custeio COHAB e o que é Fundo. Sra. Verônica - Aqui está aquisição de terrenos COHAB: Bandeira 31, Rio Branco 1, Comandante Taylor, Rio Branco 3. Isso é terreno ou é prédio? Se for prédio, é Locação Social? Sra. Cristina - O Praça da Bandeira 31 é Locação Social; ele foi aprovado aqui, pelo Conselho. É um prédio para desapropriação para Locação Social. Forte do Rio Branco 1 e Forte do Rio Branco 3 são terrenos para o Minha Casa Minha Vida – Entidades, estão no FDS. E o Comandante Taylor, que é da Petrobrás, que ainda não está

vinculado. Mas todos são para o FMH. Sr. Rosalvo - É obra já licitada, é associação já escolhida, que demanda é essa? Vão se comprar os terrenos para que demanda? Sr. Gilmar - O FUNDURB tem um valor para aquisição de terreno. Obrigatoriamente por lei tem que haver aquisição de terreno oriunda da lei. Temos que fazer aquisição de terrenos. O que foi feito por SEHAB nesse momento foi o esforço de saber o que era prioritário, que a gestão anterior deixou, para que avançássemos e foi colocado. Isso já estava sendo discutido na gestão Fernando Haddad naturalmente. Tivemos só que assumir o que estava sendo discutido. Não existe nenhum fato novo em termos de investimento aqui. Trabalharemos o investimento para o orçamento de 2018, conforme a nossa marca. Mas agora herdamos o que já estava estabelecido pela gestão anterior para agora. Só vamos empenhar o orçamento que foi dado e essas rubricas já estavam estabelecidas. Sr. Edson - No caso da COHAB, temos coisas aqui que foram provisionadas pelo FUNDURB, que têm entidade. Forte do Rio Branco tem entidade. Comandante Taylor não tem, que é aquisição do terreno da Petrobrás. Há coisas que têm vínculo com entidade e coisas que não têm. Sr. Manoel - Só queria ter um esclarecimento sobre a questão da urbanização de favelas que estão elencadas aqui. Estou entendendo que vai ser trabalhado só em cima dessas favelas este ano. Não há outras favelas elencadas nesse patamar aqui? Sr. Gilmar - Não é isso. No que está vinculado, o que SEHAB já está trabalhando em urbanização de favelas, que já estava investido desde a gestão passada, vamos continuar. Foram apresentadas inclusive várias obras em que estamos trabalhando. No site do FMH, temos distribuídos exatamente todos os investimentos que temos para urbanização de favelas, que é o Fundo Municipal de Saneamento e Infraestrutura. O que colocamos aqui são os investimentos para a Ponte dos Remédios, Viela da Paz, Paraisópolis (3ª etapa), Heliópolis H/Sabesp 2, Sapé B, Córrego da Mina, Lidiane e Bamburral. (A Sra. Cristina Pimenta faz a apresentação referente ao orçamento da COHAB). Sr. Manoel - Quando se fala de obra em recuperação, queria entender uma questão: essas áreas aqui, como fica a questão dos alojamentos? Porque há muitas áreas de favelas em que foram construídos alojamentos pela COHAB e até hoje o pessoal está nos alojamentos. Não sei se isso está incluído nessa questão aqui. Alojamentos que faz dez, doze, quinze anos e não há nenhuma projeção, não se sabe se vão construir unidades, se as famílias vão passar para um lugar definitivo. Sra. Cristina - Hoje temos dois alojamentos sob nossa gestão: Jacaraípe e São Carlos. O Jacaraípe, estamos em fase de finalização de algumas manutenções que fizemos lá. Na verdade, é um terreno que não é nosso. É da prefeitura. E as pessoas estão na lista de demanda para o FMH. Não estão nesse orçamento da COHAB. Sr. Manoel - Sobre o Jacaraípe, acompanho a obra lá. Estamos chegando ao final mesmo. Mas temos lá, ao lado, um terreno que é da COHAB que foi herdado da gestão passada, e essas famílias que saíram do alojamento para fazer a melhoria na favela estão aguardando o retorno desse processo desse terreno para saber se vão ser construídas unidades habitacionais para essas famílias. Sra. Edinalva - Em relação à 7 de Abril, 351-365, esse prédio foi ocupado pelo Movimento de Moradia para Todos na gestão ainda do governo passado. Houve um acordo onde há documentos de que as famílias sairiam de lá, que o prédio iria ser desapropriado porque havia um decreto de interesse social, e esse prédio voltaria para as famílias que estavam cadastradas pela prefeitura. E aqui está escrito que já tem um convênio para reformar o prédio. Se manterá a lista que a prefeitura fez das famílias ou são famílias novas? Isso vai ter que ser discutido em algum lugar, porque as famílias que estavam lá não vão aceitar que coloquem outras famílias. Em uma reunião passada que houve aqui, eu já havia pedido para marcarmos uma reunião para discutirmos isso. Deixei meu cartão e ninguém até hoje me deu retorno. Quero que fique registrado isso porque é a segunda vez que estou dizendo. Não foi chamado ninguém para conversar e todas as famílias estão cadastradas. Sr. Edson - Marcamos a reunião. Não há problema algum. A questão do movimento, se tiver compromisso, não há problema algum: o compromisso será cumprido. Queria colocar aos senhores o esforço que a Diretoria da COHAB está tendo no sentido de capitalizar a empresa, com a orientação e a direção da Secretaria de Habitação. Primeiro porque o nosso objetivo é ao longo do tempo fazer com que a COHAB deixe de ser uma empresa dependente. O grande objetivo da Diretoria da COHAB é fazer com que ela readquira exatamente a sua capacidade de ser uma empresa que vai procurar organizar junto, evidentemente, e à luz da Secretaria de Habitação, toda a política de fomento habitacional da cidade. Estamos contando com um apoio extremamente importante da Caixa Econômica Federal, inclusive, discutindo a possibilidade eventual de que a COHAB possa vir a ser a operadora da Caixa na Cidade de São Paulo, o que seria outra conquista extremamente importante. Agora, para fazer isso, estamos tendo que tomar medidas extremamente importantes. O Hélio, que é nosso Diretor Financeiro aqui, estamos fazendo um trabalho hercúleo, gigantesco de recuperar a carteira da COHAB. Ninguém paga as prestações dos apartamentos da COHAB, ninguém paga! Então, estamos fazendo um esforço de renegociação de contrato e o que temos percebido nesses quatro primeiros meses é que as pessoas querem sim renegociar seus contratos, legalizar sua situação. O Diretor de Patrimônio, o Pacheco, que já foi Presidente da CDHU, fizemos um plano de desmobilização de áreas da COHAB que não têm como ser utilizadas para produção de habitação de interesse social, e estamos tentando dar algum destino para isso, para que possamos capitalizar a empresa e ela tenha efetivamente maiores condições de voltar a investir na produção de habitação na cidade e para que não dependamos de um orçamento como esse que está aqui. E acho que estamos conseguindo inclusive, com um esforço muito grande junto ao Ministério das Cidades, e com um apoio muito forte da Caixa Econômica, discutir os programas que aqui já se mostraram serem programas exitosos, como o de Locação Social, para que possamos ter o apoio do governo federal nesse tipo de programa. Nosso objetivo é um pouco tentar ver se para o próximo orçamento conseguimos construir alguma coisa um pouco mais ousada, um pouco mais realizadora para cumprir metas que condigam e que respondam ao déficit habitacional que temos na cidade hoje. Sra. Maria Almeida – Sou uma das moradoras do Conjunto Habitacional do Jd. Celeste, e moramos lá há quase vinte anos. Foi construído por mutirão e o desespero dos moradores era que várias pessoas estavam indo embora dessa terra e não tinha casa nem para ele, nem para o filho e nem para ninguém. E graças a este Conselho aqui, foi negociado. Temos no nosso conjunto ainda algumas pendências que a COHAB tem que tomar providências para realizar, assim como no Heliópolis. Espero que de fato os senhores consigam uma maneira de resolver essas pendências porque as pessoas não querem morar sem pagar. Sr. Rosalvo - É fundamental que a COHAB se capacite e seria fantástico se ela realmente fosse a operadora da Caixa em São Paulo. Mas eu queria discutir com relação a critérios. Temos sem dúvida um passivo que está colocado, compromissos da gestão anterior assumidos com algumas organizações do movimento popular. Quando se passa um movimento popular na frente, se passa na frente de outro movimento popular. Na gestão passada, não quero polemizar, mas havia movimentos amigos e movimentos adversários. É preciso estabelecer critérios e não ser mais essa situação de que eu determino que eu vou ser o primeiro a ser atendido porque corro lá, invado um prédio, e depois aquele prédio vai ser desocupado, fazemos um acordo, desocupamos o prédio, e se garante para mim e não para outros. Já houve inclusive uma resolução deste Conselho de que quem invadia ficava fora do atendimento. E depois uma nova gestão derrubou essa resolução. Estou disposto a pedir que essa resolução venha, para estabelecermos regras urbanas de convivência entre os movimentos, porque, senão, começamos a colocar um grupo contra o outro. Então, o critério precisa ser claro, transparente, e que todos sejam obrigados a obedecer esse critério. Sra. Juliana - A questão dos critérios é importante porque estamos numa dinâmica não só municipal, mas uma dinâmica do contexto mesmo mais abrangente, de que não resta outra saída para outras famílias senão fazer ocupação. E isso, vemos em várias esferas, inclusive na criação do GAORP, que era para ser um espaço de mediação dentro do Tribunal de Justiça, que era para alcançar alguma alternativa, construir isso de forma institucional e definitiva e onde a única alternativa que é colocada para as famílias é a desocupação em alguns dias para não apanhar da polícia. Então, criar critérios é importante porque nesse contexto de intensificação de conflitos o que acaba acontecendo é que aparece de tudo. De forma alguma me manifesto no sentido de criminalizar movimento, porque existe uma história de luta para a construção de política pública habitacional, mas acaba acontecendo de ocupar imóvel que já estava destinado para Locação Social. Precisamos de fato estabelecer alguns critérios, mas com a observação de que tudo que criamos dentro da política pública tem que ser de forma participativa, tem que ser discutido e tem que partir de uma realidade de desigualdade e de exclusão. Minha fala não é no sentido de tentar contrapor o que o Conselheiro Rosalvo está colocando, mas de salientar que precisamos tomar um pouco de cuidado na criminalização dos movimentos e que as ocupações têm um papel importante que é: se não acontecem, às vezes, não vem à público a situação de um imóvel. Porque às vezes o Estado não vê quem de fato cumpre com a legislação urbanística na cidade. Acho que tivemos um passo importante de fazermos as notificações, e isso, espero que essa gestão fortaleça: a mesma fiscalização do cumprimento da legislação em relação às propriedades urbanas. Sra. Carmen - Este Conselho tem um papel fundamental que é de uma construção de uma política habitacional para a Cidade de São Paulo. Existem movimentos e movimentos. Há pessoas que têm o cunho de invadir de fato, mas que não é com o cunho social, que têm outros propósitos. Peço cautela a este Conselho, ao mencionar uma pauta dessa, que são critérios, porque direitos não têm fila. Temos problemas com o déficit habitacional muito grande na Cidade de São Paulo. É uma cidade que independente do partido político pautou uma exclusão muito grande ao trabalhador de menor renda. Temos pessoas que estão com sessenta, setenta, oitenta, noventa anos e que essa cidade nunca teve uma preocupação de perguntar como sobrevivem, onde dormem, onde habitam. O diálogo é tudo. Temos que de fato fazer gestão. E nosso papel aqui é de fato fazer com que essa gestão que aqui está agora, no momento, compreenda a cidade. Direito não tem fila! É desumano ser humano que nasceu e não tem direito a uma moradia digna! Sr. Rosalvo - Também não quero criminalizar movimento popular. Ao atender movimento organizado, precisa sim termos aqui alguns critérios de atuação. É importante estabelecê-los para podermos trabalhar e termos uma convivência independente das posições ideológicas de um movimento e de outro. Agora, hoje, estamos vivendo, no movimento popular de habitação, uma realidade em que o crime organizado está penetrando, está fazendo ocupações e vendendo rapidamente. O pessoal vai lá, ocupa um espaço, vende rapidamente, troca por geladeira, por carro, por fogão, sai e deixa lá as famílias, sabendo que era uma ocupação ilegal, mas, por conta da necessidade, da premência, entram lá e fica o problema. E às vezes movimentos organizados, que consideramos sérios, são companheiros, ocupam uma área e não conseguem impedir que o crime organizado entre lá. Pouco tempo depois, os companheiros perderam a direção daquilo. Os critérios têm que ser colocados. Sr. Fernando Cera – Na apresentação feita, vamos ver que consta do atendimento lá o aporte para o Nossa Senhora Aparecida. Assinamos o aporte na quarta-feira de um projeto que ainda é do Crédito Solidário, assinado desde 2008. Quando finalmente se conseguiu a viabilidade financeira tivemos a ocupação dele por um outro movimento na sexta-feira, dois dias depois. Hoje saiu a reintegração de posse. Mas hoje o orçamento que teríamos ali provavelmente não viabiliza mais a conclusão do empreendimento. Então, isso está na nossa agenda. Ontem eu estava com a Conselheira Verônica no Lageado, que também teve ocupação. Ela está gastando de segurança R$40 mil por mês. Hoje de manhã eu estava no batalhão em Sapopemba por conta de uma ocupação também do empreendimento Atibaia. Isso vai trazer um ônus financeiro para o empreendimento porque a medida que se faz a ocupação do empreendimento, vai ter que se fazer um novo orçamento, buscar o recurso, e esse recurso vai impedir que pudéssemos aplicar em mais unidades habitacionais. Então, esse é um assunto que de fato tem que entrar na pauta para discutirmos. Sra. Verônica - Só quero relembrar que foi formado um GT para discussão da demanda do Asdrúbal do Nascimento. E eu fui uma pessoa que questionei muito que isso não poderia ficar só nesse conjunto do Asdrúbal do Nascimento, que teria que ser para os outros empreendimentos com COHAB, SEHAB, Caixa Econômica e assim por diante. Até porque essa questão "o prédio que ocupei é meu" digo para os senhores que o Fórum de Cortiços tem prédios indicados há vinte anos e teriam que ser da entidade. Por isso que tem que ter critério público estabelecido. Quem não estiver nos critérios está fora. Só quero concluir o que o Fernando disse. O pessoal ocupou nossos prédios, são duzentos e cinquenta e dois apartamentos, no dia 17 de fevereiro. Eu e o Conselheiro Fernando andamos lá. No dia 17 de abril, nós, da associação, fizemos a reintegração de posse. Os senhores não têm noção do que sobrou dos prédios. Somente a carcaça dos prédios. Janela, porta, pia, tudo destruído! O que não conseguiram destruir, puseram fogo! Então, isso não é um movimento de luta por moradia. Isso é um movimento criminoso! E esse Rafael da Silva, o comandante nos disse que ele já tem várias e várias ocupações na Zona Leste. Estamos com o nosso Jabuticabeira lá, para daqui a quatro meses entregar. É muita tristeza! Sr. Edson - Essas três, quatro falas que tivemos por último são determinantes no rumo que este Conselho vai ter que adotar definitivamente. O Conselho Municipal de Habitação, evidentemente, por mais legítima que seja a reivindicação e a luta de cada um de nós, de cada um dos senhores, pelo seu empreendimento, mas, se ele continuar debruçado em cima de resolver a questão particular, ele não vai exatamente enfrentar o grande problema do déficit habitacional da cidade. Por isso que o que o Conselho tem que fazer para inclusive ser um Conselho com força é discutir questões que são estratégicas, questão de política. Quando entrei há três meses na COHAB recebi uma série de entidades, e pegamos todas aquelas entidades que estavam reivindicando, já participaram de chamamento, estão na lista do FDS, enfim, em alguma lista, e não foram atendidas. E quem foi atendida é quem correu por fora e que nem tem assento aqui, no Conselho Municipal de Habitação! O palco onde a política habitacional tem que ser definida com critérios, que é este Conselho, precisa começar a acontecer. Ou passamos a discutir as políticas de habitação na cidade, como vão ser fomentadas, como vão ser financiadas, os critérios que vamos atender a população como um todo, os movimentos efetivamente envolvidos na luta de moradia, ou vamos ficar nessa catarse nossa aqui, legitimamente o senhor lutando pelo seu, a Conselheira Verônica lutando pelo dela, o Conselheiro Manoel pelo dele, a Conselheira Carmen pelo dela, e vamos lá e vamos tocar a vida. Precisamos definir políticas, critérios, porque dessa maneira tudo que não passar, evidentemente, dentro disso e dentro de definição, neste, que é o principal Conselho de Habitação da Cidade, não pode ter financiamento público! Precisamos definir políticas, os critérios de financiamento, de atendimento, para que não aconteçam essas coisas que os senhores estão dizendo aqui. Sr. Gilmar - É importante todos aqui atentarem para a importância e para a legitimidade deste Conselho. Essa discussão é importante. Esse assunto fará parte da pauta da próxima reunião. É importante para cada um realmente saber de que forma pode usar a legitimidade que foi dada aos senhores até porque os senhores e as senhoras estão aqui justamente para fomentar a política pública. Ouvi por esses dias que a SEHAB está de portas fechadas para alguns movimentos, para ouvi-los. Isso é uma mentira! Isso é uma mentira porque eu mesmo, como Secretário Adjunto, o Secretário Fernando Chucre, o Presidente da COHAB, Edson Aparecido, o Chefe de Gabinete, o Alex Peixe, nós temos atendido os movimentos aqui cotidianamente. É só entrarem no Facebook, verem nossas publicações, a maneira como temos atendido os movimentos. Realmente muitas vezes nos sentimos entristecidos por algumas coisas que aconteceram. Agora cabe a nós olharmos para a frente e usarmos a legitimidade que foi dada por lei aos senhores e às senhoras. Deixo aqui o telefone do nosso gabinete é: 3322.4661. E podem mandar no meu e-mail as suas reivindicações, a pauta para a reunião, que vamos atendê-los a hora que precisarem. Muitas coisas acontecem na Cidade de São Paulo que os senhores nem precisam dizer quem são. E não podemos aceitar, Presidente Edson, muitas pessoas e muitos movimentos, temos percebido que têm sido massa de manobra, honestamente. Chega de ser usado por pessoas mal intencionadas. Não têm que ser coniventes. Os senhores têm legitimidade e têm voz no Conselho. Se não têm voz, peçam para alguém ter voz pelos senhores. Os senhores nos têm aqui como secretário, como chefe de gabinete, como COHAB, como SEHAB. Meu e-mail é: gsouzasantos@prefeitura.sp.gov.br. Se alguma coisa não quiserem de fato publicar, quiserem o anonimato, vamos respeitar o anonimato e vamos saber usar as esferas de fiscalização, de controle, para coibir certas coisas. Porque a luta é essa e nós, como Poder Público, não somos inimigos dos senhores. Alguns movimentos muitas vezes sentam conosco pensando que estamos do outro lado. Estamos do mesmo lado! Para fomentar moradia, para trabalhar política pública. Quando fomos chamados aqui, toda a equipe, toda a assessoria que aqui está, fomos chamados para um objetivo, para uma conquista, e a conquista é sairmos e deixarmos nosso legado. Não é deixar uma marca negativa da maneira como administramos. Vejam-nos como parceiros, como realmente colaboradores, como servidores, e servir é isso: é fazer o melhor além do que fomos colocados aqui para fazer. Temos que unir forças. Passamos à segunda parte do Item 3 da pauta, referente ao papel dos Conselheiros do CMH em outros Conselhos pertinentes à Política Municipal de Habitação. Aqui temos os nomes dos titulares e suplentes em alguns conselhos que são importantíssimos para a política habitacional da Cidade de São Paulo. Conselheiros (as): Mariza Dutra Alves, Nestor de Oliveira, José de Jesus Ferreira, Paula Paschoal Raulino, Juliana Avanci, Antônio Quintana, Antônia L. do Nascimento, Marisete de Souza, Edenilda Carneiro de Sousa, Luciana de Oliveira Royer, Alex Alves Lourenço e Ivanilda Rodrigues de Sousa. É justamente para trazer à baila a necessidade desses conselheiros para tratar a política pública da Cidade de São Paulo como sendo de todos, como sendo nossa. (Encerra-se a reunião).

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
LAB ANATOMIA PAT CITOLOGIA LABPAC S/S LTDA	2012-0.140.040-2 – Pregão 085/2012	1625

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2017-1-119

COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO OESTE

ENDERECO: RUA CATAO, 611 - 1 ANDAR

2017-0.079.508-9 COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO-OESTE

APENAÇÃO:AP.84.027.0236/2017 84.27-COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE APENADO:00.331.788/0023-24 AIR LIQUIDE BRASIL LTDA EMPENHO:8.511/2017 TIPO:MULTA MULTA:R$1.036,56 2017-0.079.508-9 - DESCUMPRIMENTO AOS ITENS 2.09, 2.29 E 2.30 DA CLÁUSULA SEGUNDA E O DESCRITO NO FLUXO DE ATENDIMENTO REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/04/2017 A 30/04/2017.

2017-0.079.516-0 COORDENADORIA REGIONAL DE SAUDE CENTRO-OESTE

APENAÇÃO:AP.84.027.0237/2017 84.27-COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE APENADO:00.331.788/0023-24 AIR LIQUIDE BRASIL LTDA EMPENHO:8.511/2017 TIPO:MULTA MULTA:R$740,40 2017-0.079.516-0 - DESCUMPRIMENTO AOS ITENS 2.9 E 2.30 DA CLÁUSULA SEGUNDA E DO ANEXO I DO TC Nº 004/SMS/CRSCO/2012, REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS EM 01/04/2017 A 30/04/2017.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE

SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS

COMUNICADO SG MED Nº. 41/2017

A Coordenadora de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo - COVISA/SMS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Código Sanitário Municipal, Lei 13.725/2004, comunica :

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS.

TID: 16662050
Empresa: Drogaria Nova Gasometro LTDA
CNPJ: 11.838.302/0001-50
Endereço: R. do Gasometro, 470
Responsável Técnico: Andréa de Almeida Martins - CRF 31503
Programa: KSGMC 1.9
TID: 16618213
Empresa: Drogaria Inovapharma LTDA ME
CNPJ: 27.228.397/0001-20
Endereço: R. Agamenon Magalhães, 523
Responsável Técnico: Josevania Araujo de Santana - CRF 75971
Programa: Autofarma 3000 2.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS E DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVROS, MAPAS E BALANÇOS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS DA PORTARIA SVS/MS 344/98.

TID: 16617947
Empresa: Drogaria Santa Cruz da Estação LTDA ME
CNPJ: 06.272.913/0001-43
Endereço: Largo da Igreja, 20
Responsável Técnico: Antonio Ervazio Fernandes - CRF 45925
Programa: Autofarma 3000 2.0
TID: 16654515
Empresa: Drogaria Sandy LTDA ME
CNPJ: 02.493.890/0001-46
Endereço: R. Deocleciano de Oliveira Filho,112
Responsável Técnico: Dioclécio da Silva Filho - CRF 38688
Programa: SNGPC Online - Pharma Connection 5.5
TID: 16657059
Empresa: Drogaria e Perfumaria Nova São Pedro EIRELI ME
CNPJ: 17.547.461/0001-81
Endereço: R. Moises Marx, 912
Responsável Técnico: Vitor Hugo Chianesi - CRF 55699
Programa: MFGPC 2.0
TID: 16641309
Empresa: Drogaria Rebouças LTDA ME
CNPJ: 22.280.482/0001-13
Endereço: R. Cinco Irmãos, 588
Responsável Técnico: Sandra Gomes Silva - CRF 55813
Programa: SNGPC Online - Pharma Connection 5.5
TID: 16584536
Empresa: Drogaria São Paulo S/A
CNPJ: 61.412.110/0869-55
Endereço: Al. Lorena, 807
Responsável Técnico: Kelly Cristina Ornelas Moretti - CRF 30557
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408-1.11.10-03
TID: 16494022
Empresa: Empreendimentos Pague Menos S/A
CNPJ: 06.626.253/1036-35
Endereço: Av. Nova Cantareira, 296
Responsável Técnico: Ellen Carolina Campos - CRF 43218
Programa: SIAP 344 7.0
TID: 16604707
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1563-21
Endereço: Av. Washington Luiz, S/N, LJ N VA 1027 AND 1 AER DE Cong
Responsável Técnico: Agnes Brigida Oblitas Prado - CRF 68578
Programa: Alternate 2.6
TID: 16561641
Empresa: Drogaria Capuli LTDA
CNPJ: 25.079.016/0001-62
Endereço: Av.Nazaré, 1302
Responsável Técnico: Natalia Brito Reis - CRF 67151
Programa: Procfit Busines Suit 8.002
TID: 16313532
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/0683-84
Endereço: Av. Min. Laudo Ferreira de Camargo, 293, anexo 301 e 303
Responsável Técnico: Renata Rodrigues Dias - CRF 79031
Programa: Alternate 2.6
TID: 16518668
Empresa: EWS Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos LTDA
CNPJ: 12.457.668/0048-05
Endereço: Av. Dos Remédios, 680
Responsável Técnico: João Batista de Araujo Lima - CRF 67322
Programa: SEMC PROWEB 1080-1408-1.11.10-03
TID: 16195013
Empresa: Drogaria Pro Vita LTDA
CNPJ: 00.030.181/0008-75
Endereço: R. José Mascarenhas, 1229
Responsável Técnico: Sabrina Valderano de Oliveira - CRF 63127
Programa: Softpharma SNGPC 3.0
TID: 16310236
Empresa: Girotto & Coelho Drogaria EIRELI - EPP
CNPJ: 27.105.783/0001-24
Endereço: R. Doutor Luiz Ayreso, 2072
Responsável Técnico: Gisele de Castro Lima - CRF 37219
Programa: SEMC PROWEB SEMEC PROWEB
TID: 16387697
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1634-50
Endereço: Av. Morumbi, 7920
Responsável Técnico: Mariana Rosa Cardoso - CRF 83605
Programa: Alternate 2.6
TID: 16295785
Empresa: Raia Drogasil S/A
CNPJ: 61.585.865/1641-89
Endereço: R. Alfredo Pujol, 620, 632, 638
Responsável Técnico: Paula Stella Mussael Yossimi - CRF 26699
Programa: Alternate 2.6
TID: 16306603
Empresa: Drogaria do Farmaceutico LTDA - ME
CNPJ: 27.338.711/0001-27
Endereço: R. Ministro Apolônio Salles, 834, Loja A
Responsável Técnico: Lincoln de Andrade - CRF 73982
Programa: MFGPC 2.0
TID: 16382299
Empresa: Drogaria São Paulo S/A
CNPJ: 61.412.110/0825-34
Endereço: R. Ribeirão Claro, 135
Responsável Técnico: Elma Gleice Sapucaia Silva - CRF 83238
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408.1.11.10-03
TID: 16460912
Empresa: DRF Drogarias LTDA ME
CNPJ: 26.670.203/0001-89
Endereço: Av. Agostinho Rubin, 491, lt 1 qd 8
Responsável Técnico: Reginaldo da Silva Santos - CRF 86062
Programa: A7Pharma 1.39.17.0
TID: 15860940
Empresa: Drogaria e Cosméticos Bem Estar LTDA EPP
CNPJ: 25.070.868/0001-99
Endereço: R. João da Cruz e Souza, 86
Responsável Técnico: Kenya Batista Pimentel Ferreira - CRF 67739
Programa: Sysfar 14.0
TID: 16619314
Empresa: Drogaria Nova DM LTDA
CNPJ: 05.241.596/0022-60
Endereço: R. Demas Zitto, 110, 112-114
Responsável Técnico: Jane Cristina Batista da Silva - CRF 56161
Programa: SEMC PROWEB 1089-1408-1.11.10-03
TID: 16645836
Empresa: FVM Drogaria LTDA - ME
CNPJ: 23.970.012/0001-44
Endereço: Av. das Palmeiras - cond. Vargem Grande, 60, casa 02
Responsável Técnico: Fabiana Carlos Pinto - CRF 78443
Programa: DataClass SNGPC 4.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVROS, MAPAS E BALANÇOS PARA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS DA PORTARIA SVS/MS 344/98.

TID: 16544823
Empresa: Cia Latino Americana de Medicamentos
CNPJ: 84.683.481/0500-00
Endereço: R. Padre José de Anchieta, 695
Responsável Técnico: Susan Keity Breda - CRF 86244
Programa: Produtos Controlados CLAMED 1.0

DEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE INFORMATIZAÇÃO DE LIVRO ESPECÍFICO PARA ANTIMICROBIANOS, DEFERIMENTO